

Filosofia no ensino médio: metodologia e práticas de ensino¹Lidia Maria Rodrigo²Resumo:

Este artigo resume o mini curso ministrado no I Colóquio Nacional de Filosofia da Educação do NEFI, na Universidade Federal do Piauí em 2010. Apresenta uma proposta didático-pedagógica para o ensino de filosofia no nível médio que, juntamente com o ensino de conteúdos, desenvolva as competências necessárias ao exercício da reflexão filosófica. Propõe ainda a criação de mediações pedagógicas que tornem a filosofia acessível ao jovem estudante, sem que com isso se comprometa a desejável qualidade desse ensino.

Palavras-chave: didática da filosofia; docência filosófica; ensino médio.

Abstract:

This article summarizes the mini course given at the NEFI Philosophy of Education First National Conference at the Federal University of Piauí in 2010. It presents a didactic and pedagogical approach to teaching philosophy in secondary education which, together with the teaching content, develop the skills necessary for the exercise of philosophical reflection. It also proposes the creation of pedagogical mediations that make philosophy accessible to the young student, without thereby commit the desirable quality of that education.

Key words: didactics of philosophy; philosophical teaching; high school.

Após muitos anos de ausência, a volta da filosofia ao ensino médio defrontou-se com a necessidade de formular e sistematizar propostas didático-pedagógicas que ofereçam diretrizes para o ensino da disciplina no contexto da escola secundária no Brasil. A alternativa de trabalho apresentada aqui pretende contribuir para esse debate, constituindo uma, entre outras possibilidades, de atuação docente.

A proposta que se segue, assenta-se sobre alguns pressupostos:

- procura levar em conta a realidade da escola média atual e seus desafios

¹ Este artigo resume o mini curso ministrado no I Colóquio Nacional de Filosofia da Educação do NEFI, promovido pela Universidade Federal do Piauí e realizado em Teresina em agosto de 2010. O curso foi baseado no livro Rodrigo, Lidia Maria. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

² Professora no Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

- assume uma postura político-pedagógica em favor da democratização do saber em geral e da filosofia em particular.

Atualmente os professores de filosofia se vêem diante da necessidade de promover a divulgação massiva de uma disciplina complexa, cujo cultivo supõe certos requisitos difíceis de serem encontrados no aluno do nível médio: um domínio razoável da linguagem, capacidade de abstração, de elaboração coerente do pensamento argumentativo e de expressão oral e escrita.

Duas respostas que já foram dadas a tais dificuldades devem ser descartadas. A primeira consistiu em nivelar por baixo, isto é, ajustar o ensino às precárias condições de aprendizagem do aluno, o que expôs a filosofia a todo tipo de distorções. No outro extremo, alguns especialistas da área consideram, pura e simplesmente, inviável o ensino de filosofia no nível médio, argumentando que a escola secundária está tão deteriorada que ela não oferece ao aluno as condições requeridas para a aprendizagem da disciplina.

A posição que defendo tem como ponto de partida o reconhecimento das graves deficiências do ensino médio atual, promovendo, contudo, uma inversão na postura assumida pelos especialistas. Em lugar de esperar que o ensino melhore, para só então introduzir a filosofia, propõe a formulação de uma alternativa de ensino de filosofia apropriado às condições da escola tal como ela existe.

Nesta perspectiva, trata-se de adotar uma conduta pedagógica que, simultaneamente ao ensino de conteúdos filosóficos, desenvolva as capacidades necessárias ao exercício da reflexão filosófica. Tal conduta traz implícita uma postura política que procura investir numa democratização do saber que vá além da mera expansão quantitativa, de modo a produzir um ensino de qualidade para todos, na medida do possível e com todas as dificuldades e riscos que esse projeto comporta. Em suma, o objetivo central é tornar o ensino de filosofia significativo, mesmo na escola educacionalmente deteriorada.

Acessibilidade *versus* qualidade de ensino

Como ensinar ou tornar acessível um saber especializado para um público mais vasto do que o pequeno círculo de iniciados, um público pouco qualificado do ponto de vista das exigências inerentes a esse tipo de saber? Nos termos de Mario Pasquale: “Como se propõe ao estudante o encontro com a filosofia, contraditoriamente, uma iniciação *esotérica*, mas *de massa*?” (Pasquale, s/d, tradução minha).

A difusão do saber filosófico, sob o formato de uma disciplina no currículo de nível médio, supõe e exige a reformulação didática desse saber especializado, de modo que seja

convertido em objeto de ensino. Esta é a tarefa específica do professor: produzir um discurso pedagógico, pelo qual a tradição filosófica possa converter-se em saber ensinável. Em lugar de atuar como reprodutor de um saber didático-filosófico produzido por outros e disponibilizado nos textos dos manuais, como tantas vezes tem ocorrido, o professor deverá assumir uma das funções essenciais ao seu ofício: ser autor do seu discurso didático.

Assumir a autoria do discurso didático significa construir uma ordem de transmissão própria, quer dizer, baseada numa elaboração pessoal, pela qual - sempre levando em consideração aquilo que é relevante para a formação do aluno - o próprio professor determina os termos e a forma pelos quais o conteúdo adquirido durante seu percurso formativo pode converter-se em saber escolar. [Rodrigo: 2009b, p. 84)

A filosofia que é ensinada no nível médio é produto de uma ação que desloca o saber especializado de seu contexto originário de produção – as universidades e institutos de pesquisa – para submetê-lo a uma nova configuração, por intermédio das operações de seleção, simplificação, síntese, sequenciamento. Portanto, a construção do discurso didático sobre a filosofia supõe sua reformulação enquanto saber especializado ou saber de referência.

Para que a filosofia - um saber complexo, que pertence às formas eruditas da cultura – seja ensinável ou acessível à massa dos alunos do nível médio, torna-se necessário simplificá-la, isto é, traduzir em termos simples seus conceitos e problemas.

Esse procedimento levanta uma questão, que inclusive expressa o receio de muitos especialistas: tal simplificação não resultará numa divulgação ou num ensino sem qualidade, reduzindo a filosofia a uma enciclopédia de banalidades? Se assim fosse, a filosofia não traria nenhuma contribuição significativa para o ensino médio.

Por um lado, o discurso reformulador encontra justificativa na distância cultural existente entre o saber filosófico e o aluno do nível médio; por outro lado, é inegável que ele está sujeito a polêmicas. Afinal, é preciso admitir que as operações inerentes à reformulação didática, tais como síntese, simplificação e seleção de idéias, produzem certo empobrecimento do discurso filosófico original. Esta consequência torna-se inevitável; a bem da verdade, esse é o preço a pagar para tornar a filosofia acessível aos jovens estudantes.

A reformulação didática tem seu ônus: o que se ganha em acessibilidade, perde-se em termos de complexidade teórico-reflexiva. Por isso possui caráter ambivalente: seu empobrecimento por meio do processo de simplificação constitui, simultaneamente,

condição da possibilidade de certa democratização do acesso ao saber especializado.
[Rodrigo: 2009b, p. 88]

Para enfrentar satisfatoriamente este dilema é preciso buscar um ponto de equilíbrio, que reconheço ser difícil e arriscado, entre acessibilidade e qualidade de ensino, isto é, conceber alternativas didáticas que resolvam a questão da acessibilidade, preservando a qualidade de ensino, sempre dentro dos limites permitidos pela aprendizagem da filosofia no nível médio. Onde encontrar esse ponto de equilíbrio?

Indissociabilidade entre conteúdo e método

Como o estudante do nível médio não possui as qualificações requeridas para o estudo da filosofia, é preciso que, juntamente com o ensino de conteúdos filosóficos se invista na aquisição das habilidades exigidas pela reflexão filosófica: a capacidade de ler, interpretar, abstrair, argumentar, redigir textos, etc.

Stefano Martini assinala que a filosofia é um saber dotado de grande validade educativa, precisamente porque permite não somente adquirir conhecimentos, mas também aprender habilidades, métodos, atitudes de pesquisa e modelos de racionalidade. (Martini, s/d). Daí seu poder de contribuir para melhorar a qualidade do ensino médio de modo geral, para além da aquisição de conteúdos cognitivos específicos.

Desse ponto de vista, o ensino de filosofia no nível médio visa introduzir o aluno à filosofia - levá-lo para dentro, iniciá-lo numa forma específica de saber - sob duplo aspecto: em relação a determinados conteúdos e em relação a certos procedimentos concernentes à aquisição desses conteúdos, evitando dissociar conteúdo e método.

O objetivo último consiste em viabilizar algum salto de qualidade na direção da progressiva construção da autonomia intelectual, entendida como capacidade de pensar por conta própria e de exercício do pensamento crítico.

Progressivamente quer dizer que essa meta não pode ser alcançada de imediato; significa que ela deve ser construída passo a passo e depende de mediações.

1) O primeiro passo consiste em criar mediações pedagógicas que facilitem o processo de aprendizagem, tendo em vista a acessibilidade.

Para tanto, não basta que o professor de filosofia tenha domínio sobre os conteúdos que deve ensinar: essa é uma condição necessária e absolutamente imprescindível, mas não suficiente. No nível médio, a conversão do saber de referência em saber ensinável demanda o

estabelecimento de mediações didáticas apropriadas. Nesta etapa o professor deve atuar como intermediário entre o saber especializado e os alunos, que deverão ter acesso a ele, mas que ainda não possuem condições para fazê-lo por conta própria.

2) O segundo passo consiste em promover a transição para a construção de pensar por conta própria, de modo que o aluno consiga gradualmente tornar-se menos dependente das mediações do professor. Portanto, o papel mediador do professor deve ser transitório, para que não se perpetue aquilo que Kant denominava a menoridade do homem, a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção ou tutela de outra pessoa.

Conteúdos do ensino:

Os conteúdos de ensino recaem, sempre e necessariamente, sobre o pensamento dos filósofos, embora tenha havido mudanças nas formas de se trabalhar didaticamente tais conteúdos.

No período anterior à sua eliminação da escola secundária - início da década de 1970 - o ensino de filosofia centralizava-se na transmissão de conteúdos programáticos, organizados basicamente de duas formas: abordagem histórica ou abordagem sistemática. A primeira constava da exposição dos sistemas de pensamento e doutrinas, numa sucessão cronológica; a segunda enfocava uma ou várias partes da divisão disciplinar do saber filosófico: metafísica, lógica, ética, estética, etc. A fonte bibliográfica de ambas era constituída exclusivamente por manuais de filosofia.

A nova conjuntura com que a disciplina se defrontou quando da sua volta à escola de nível médio, bem como as mudanças relativas às próprias concepções sobre ensino de filosofia, demandaram reformulações substanciais em relação às práticas vigentes no passado.

Do ponto de vista bibliográfico, a grande novidade foi representada pela proposta de ensinar a filosofar com base no estudo de trechos dos grandes clássicos, ao invés de ensinar história da filosofia e/ou noções da filosofia sistemática por intermédio de manuais.

A centralidade da leitura de trechos de textos filosóficos no ensino da disciplina constitui uma tendência generalizada nos países europeus. No Brasil alguns professores ainda resistem à idéia de introduzir o estudo de textos dos filósofos no nível médio, embora essas resistências venham diminuindo significativamente nos últimos tempos.

Contudo, tal diretriz só faz sentido se for implementada segundo uma metodologia adequada. Do que foi dito anteriormente sobre as dificuldades de acessibilidade, pode-se deduzir

que o ensino de filosofia não deve iniciar-se colocando o aluno de imediato frente à diversidade de temas, doutrinas e sistemas de pensamento.

A abordagem dos conteúdos filosóficos deve ser solicitada por interrogações formuladas com base na problematização do real e das experiências vividas. A história da filosofia não pode ser apresentada ao modo de um arquivo morto, mas como um recurso fértil para pensar as indagações postas no presente, oferecendo conceitos e categorias que ajudam a pensar as questões que desafiam o homem na contemporaneidade.

Do ponto de vista didático, caiu por terra a ideia de que ensinar filosofia consiste em transmitir ou garantir a assimilação de certas noções, mesmo que eles se refiram aos clássicos. Em lugar de ensino filosófico no sentido tradicional ou mera aquisição de conteúdos, trata-se de implementar, de forma mais ampla, uma formação filosófica, concebida com base na conexão entre conteúdos e procedimentos de construção da reflexão filosófica.

Método de ensino:

Novas concepções didático-pedagógicas mostraram que conteúdo não é tudo, como se pensava anteriormente; aliás, na atual escola de nível médio, certos temas só podem ser satisfatoriamente estudados desde que o sejam de maneira didaticamente adequada. Como foi dito anteriormente, juntamente com os conteúdos e associadas a eles, torna-se imprescindível o desenvolvimento daquelas competências cognitivas que a reflexão filosófica requer, mas que a maior parte dos alunos de nível médio não possui: capacidade de leitura e interpretação, compreensão de conceitos, articulação lógica do raciocínio, capacidade de argumentação, etc.

Para tanto, é preciso cultivar e exercitar aqueles aspectos formais que são inerentes à natureza reflexiva da filosofia: problematizar, conceituar, argumentar.

1) Problematizar

A atitude indagadora visa romper com a visão comum de mundo, colocando em questão o sentido aparente das coisas, bem como as opiniões humanas; objetiva, assim, estimular a adoção de uma postura filosófica frente ao real.

De início, contudo, é preciso promover uma aproximação pré-filosófica com o tema ou autor a ser estudado; a partir das representações dos alunos, quer dizer, suas vivências e modos de apreensão do real, torna-se possível estabelecer nexos entre essas representações e determinados temas e questões filosóficas. O recurso às representações e vivências dos alunos pode dar-se por meio de músicas, poesias, trechos literários, textos de jornais, filmes, etc. Tal

procedimento constitui somente um ponto de partida, cuja superação é condição para que se ingresse no terreno filosófico.

Esta forma de introdução ao estudo dos temas contribui para resolver outro grande desafio enfrentado pelos professores de filosofia. Como introduzir ao campo da filosofia uma pessoa para quem esse termo não diz nada? Uma das queixas mais frequentes dos professores é a “falta de interesse” do aluno pela filosofia. Para que a filosofia desperte interesse, ela deve tornar-se subjetivamente significativa para o estudante, quer dizer, inscrever-se num horizonte pessoal de conhecimentos, experiências, interesses e valores. Trata-se de relacionar os conteúdos filosóficos com as referências culturais e experiências que os alunos trazem consigo. O que o aluno já sabe acaba funcionando como ponte ou ponto de ancoragem para novas aquisições cognitivas. A prática de sensibilização contribui significativamente para resolver a questão da motivação do aluno para a filosofia.

2) Conceituar

Conceituar é essencial para saber do que se fala. Embora se refira ao real, o conceito traduz esse real num outro plano, o da significação geral e abstrata. O conceito fala da experiência concreta, mas de um modo abstrato e universal. É assim que a filosofia pensa o mundo.

Um dos maiores desafios do ensino da filosofia é o de explicitar para o aluno a relação entre o conceito abstrato e a realidade, já que, por conta própria ele não consegue estabelecer essa relação, tendo grande dificuldade tanto para fazer a passagem do concreto ao abstrato como do abstrato ao concreto. Existem diferentes graus de abstração, conforme a maior ou menor aproximação do conceito com a experiência concreta. A capacidade de abstrair deve ser desenvolvida gradativamente, recorrendo-se a mediações que facilitem a passagem do concreto ao abstrato, como, por exemplo, lançando mão de imagens mentais. Assim, a imaginação, por meio de metáforas, exemplos, analogias, comparações, etc., pode atuar como apoio para se chegar ao pensamento conceitual. A intertextualidade ou diálogo entre textos de diferentes gêneros e registros – orais, escritos, visuais, tais como música, literatura, cinema, etc. - também pode ser um recurso interessante para alcançar esse objetivo.

A passagem do conceito abstrato à experiência concreta, por sua vez, requer, basicamente, a elucidação de conceitos por meio do esclarecimento do vocabulário dos textos, recorrendo-se aos dicionários. Nas aulas de filosofia o esclarecimento conceitual e semântico deve ser uma constante; alguns autores chegam a afirmar que talvez o trabalho do professor de filosofia no ensino médio deva consistir principalmente nisso.

3) Argumentar

A argumentação é importante para certificar-se de que aquilo que se diz é verdadeiro e tem fundamento. Argumentar consiste em apresentar razões que permitem fundamentar e validar as afirmações. Este é um traço distintivo do discurso filosófico: as afirmações e teses são necessariamente acompanhadas de suas respectivas justificações.

A capacidade de argumentação pode ser desenvolvida por meio da leitura de excertos de textos filosóficos, uma vez que estes são textos essencialmente argumentativos. O método de leitura estrutural viabiliza a apreensão do encadeamento de ideias e dos argumentos sobre os quais o raciocínio está estruturado. Exercícios de redação também contribuem para desenvolver a habilidade de organização lógica do pensamento e de justificação das ideias com base no discurso argumentativo.

A forma específica de implementação destas diretrizes gerais depende das condições de aprendizagem de cada sala de alunos; só o professor pode decidir o que é mais adequado em cada caso.

Para concluir, acredito que esta modalidade de trabalho, além de viabilizar a docência filosófica com uma qualidade razoável no quadro das imensas dificuldades postas pelo atual ensino médio, também permite que a disciplina dê sua contribuição para a melhoria da qualidade deste nível de ensino, inserindo-a num projeto de efetiva democratização do saber.

Bibliografia:

Pasquale, Mario de. (s/d) *La filosofia nella scuola di massa*. Disponível em: <http://www.ilgiardinodeipensieri.com> - Acesso: 09/08/2005.

Rodrigo, Lidia Maria. (2009a). *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas, SP: Autores Associados.

_____. (2009b). O filósofo e o professor de Filosofia: práticas em comparação. In: Silveira, René J. T. e Goto, Roberto (orgs). *A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos*. São Paulo: Loyola.

_____. (2011). *O professor como protagonista do ensino de filosofia no nível médio*. Revista Direcional Educador. São Paulo: Grupo Direcional (ISSN 1982-2898) Ano 7, nº 77, junho, p. 10-13.

Martini, Stefano. (s/d). *Strumenti didattici a sostegno della lezione di filosofia*. Disponível em: www.ilgiardinodeipensieri.com - Acesso: 16/08/2004.